

ATA DA SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA – 5ª REGIÃO/BA, REALIZADA NO DIA 15 DE DEZEMBRO DE 2020.

Aos quinze dias do mês de dezembro de 2020, às 14:20 horas, de forma virtual, foi realizada a Sessão Plenária Ordinária do CORECON/BA, com a finalidade de discutir e deliberar a seguinte Pauta: II – APROVAÇÃO DA ATA DA PLENÁRIA ANTERIOR – Plenária Ordinária realizada no dia 09 de novembro de 2020. II – COMUNICAÇÕES DO PRESIDENTE: 2.1 – Situação da servidora Lucimar. 2.2 – Questionamento da servidora Rosana sobre o valor do vale alimentação. 2.3 – Finanças do Conselho. 2.4 – O que ocorrer. Presentes na Sessão Plenária o Presidente do Corecon/BA Marcelo Santos, o Vice-Presidente Gustavo Pessoti e os Conselheiros Reinaldo Sampaio, Fernando Fernandes, Marcus Verhine, Ana Cristina Cerqueira, Rodolfo Lujan, Lívio Wanderley e Luiz Raimundo Gavazza. Estiveram também presentes o Superintendente Bruno Pires e a Assessora de Comunicação Livia Santana. Justificaram suas ausências os Conselheiros Maria de Fátima Ferreira, Luiz Pimenta, Maria Lúcia Carvalho, Alex Gama, Oswaldo Guerra e Jorge Antonio Santos Silva. A seguir o Presidente Marcelo Santos iniciou os trabalhos da Plenária para discussão e deliberação da Pauta. I – APROVAÇÃO DA ATA DA PLENÁRIA ANTERIOR – Plenária Ordinária realizada no dia 09 de novembro de 2020. A referida ata foi aprovada por todos os presentes. II – COMUNICAÇÕES DO PRESIDENTE: 2.1 – Situação da servidora Lucimar. O Presidente Marcelo Santos informou que conseguiu fechar um acordo com D. Lucimar em torno de R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais) e da melhor forma para os dois lados. Conversou com ela sobre os termos do acordo de forma muito amistosa e que ela foi muito receptível a tudo. Continuou dizendo que foi pessoalmente na sua casa colher sua assinatura e sugeriu que o Corecon faça uma homenagem a ela, tendo em vista a sua importância para o Corecon nos longos anos de serviço prestado. O Conselheiro Reinaldo Sampaio parabenizou o Presidente Marcelo Santos pela habilidade na condução do processo de desligamento da servidora e também parabenizou à própria D. Lucimar pela compreensão do momento. Concluiu dizendo que certamente isso terá impactos positivos nas contas do Conselho em 2021. 2.2 – Questionamento da Fiscal Rosana sobre a diminuição do valor do vale alimentação. O Presidente Marcelo Santos informou que a Servidora Rosana questionou sobre a redução do valor do seu vale alimentação, arguindo que era um benefício incorporado ao seu salário, solicitando a reposição dos valores desde outubro de 2019. Informou ainda que em conversa com a Assessora Jurídica do Conselho, Dra. Sabrina, a mesma entendeu que de fato o benefício estava incorporado e que não valeria à pena deixar que o assunto chegasse as vias judiciais. Informou que o valor a restituir à servidora chega a quase R\$ 2.000,00 (dois mil reais) e que acertará com a mesma para restituir os valores de forma parcelada. O conselheiro Reinaldo disse que de fato, em direito não se mexe e que seja proposto um parcelamento em poucas parcelas para a devolução dos valores. 2.3 – Finanças do Conselho. O Presidente Marcelo Santos iniciou dizendo que o acerto feito com D. Lucimar trará uma economia de mais de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) aos cofres do Conselho, tendo em vista o salário com encargos sociais e trabalhistas. Continuou dizendo que solicitou ao Contador Pedro Gomes informações relativas às finanças da

entidade e como era de esperar estamos e devemos permanecer em déficit até o final do exercício, mas que para o exercício de 2021 acredita que poderá fechar em superávit. Com a palavra o Contador Pedro Gomes informou que, como se constata no Demonstrativo das Receitas arrecadadas e Despesas realizadas, comparando-se os períodos de novembro de 2019 com novembro de 2020, houve uma redução na arrecadação de Receitas, em 2020, de R\$265.588,00, embora, no mesmo período, houvesse uma redução de despesas de R\$235.195,00. Se não tivesse ocorrido essa redução de Receitas, estaria o CORECON apurando um superávit no período. Finalizou dizendo que a frustração na arrecadação de receitas, é sabido, foi decorrente da pandemia que prejudicou todo o sistema. O Vice-presidente Gustavo Pessoti disse estar muito preocupado com as finanças do Conselho, pois apesar de todas as medidas tomadas os resultados não são favoráveis. Se disse muito incomodado quando lembra que o Corecon sempre foi uma entidade preocupada com seus funcionários, que sempre atendeu às demandas do Sindicato, na maioria das vezes até superando o solicitado pelo Sindicato, porém, de uns três anos para cá tornou-se difícil oferecer melhorias, ao contrário, chegou ao ponto de retirar benefícios e desligar funcionário. Continuou dizendo que o novo Presidente precisa pensar em um novo modelo de gestão e de funcionamento da entidade com recurso zero e que receia que todas as medidas tomadas não surtam os efeitos desejados para 2021. Continuou dizendo que é necessário a criação de uma espécie de junta fiscal permanente para acompanhamento preciso das contas da entidade para que o novo Presidente não precise tomar outras medidas indigestas. Disse ainda que era necessário tomar cuidado com a estimação de receita para 2021 e que será preciso um super esforço dos Conselheiros, inclusive fora das plenárias, sob pena da entidade sucumbir. Concluiu dizendo que o próximo Presidente do Corecon receberá a entidade no seu pior momento, com poucos recursos, elevado número de pedidos de cancelamentos de registro, dificuldade em registrar pessoas do interior, cursos de economia rareando e que por isso fazia um apelo aos Conselheiros, indagando qual o Conselho que queremos. O Conselheiro Rodolfo Lujan disse que o desligamento de D. Lucimar gera uma grande perda para o Conselho, pois sempre foi profissional dedicada e comprometida, merecendo, em momento oportuno, uma homenagem como a entrega de uma placa ou diploma. Em relação aos ajustes nas contas do Conselho disse que é um assunto antigo e desde a gestão de Vítor Lopes já se fazia necessário. Disse que o Corecon não se adequou à modernidade e que era necessário a criação de uma nova proposta para o Corecon, pois precisa de novas normas, que permitam agilidade e melhor funcionamento, pois as atuais são ultrapassadas, emperram os processos, encarecem o sistema e penaliza o economista. Concluiu dizendo que vivemos uma nova realidade por conta da pandemia e que o Conselho precisa ser modernizado, porém, para que tudo isso aconteça é necessário que seja através do Conselho Federal de Economia. A Conselheira Ana Cristina perguntou ao contador se com as cobranças o número de inadimplentes havia aumentado e o Contador informou que a inadimplência continua praticamente no mesmo patamar e precisaria ver isso com a Assessora Jurídica da entidade que expede as notificações e efetua a cobrança. O Conselheiro Marcus Emerson perguntou qual seria a estimativa de saldo financeiro da entidade para 31/12/2020 e porque houve uma diminuição significativa com gastos de pessoal nos meses de outubro e

novembro. O Contador Pedro Gomes respondeu que estimava algo em torno de R\$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais) para a disponibilidade financeira em 31/12/2020 e que a diminuição com os gastos de pessoal se deram em decorrência da rescisão de D. Lucimar com redução da folha de salários e consequentes encargos sociais. O Conselheiro Fernando Fernandes salientou que em 2019, um ano considerado normal, comparado com 2020 o Corecon arrecadou aproximadamente R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) à menos e que o déficit atual supera essa diferença o que o faz pensar que a despesa ainda não se adequou à receita. O Contador Pedro Gomes disse que receita do Conselho fica concentrada no 1º trimestre de cada ano, arrecadando-se ainda, um pouco, no mês de abril e, a partir de maio, começa a declinar, enquanto a despesa permanece estável, e, às vezes, com tendência de crescimento, como ocorre no mês de dezembro, quando são pagos os benefícios de pessoal, como 13º salário e férias regulamentares. Além da redução da Despesa, há uma expectativa de uma boa arrecadação de receitas em dezembro/2020 com a adoção do Recred. O Conselheiro Rodolfo Lujan perguntou ao Superintendente se com o Recred será possível uma recuperação em dezembro e o Superintendente respondeu que a busca de profissionais para sanar suas dívidas está sendo muito grande de novembro até hoje, com dias de 40 ou até mais e-mails recebidos e respondidos, porém, alguns pedem para conhecer a situação dos débitos e condições de pagamentos que são bastante atrativas, mas que nem todos fecham acordo. Atrelado a isso, o mês de dezembro também é um mês mais curto, porém, há uma boa expectativa de arrecadação. Finalizou dizendo que seria de fundamental importância se esse Recred fosse prorrogado e o Conselheiro Rodolfo Lujan finalizou se dizendo preocupado e indagando se os R\$ 425.000,00 (quatrocentos e vinte e cinco mil reais) arrecadados em 2019 irá se repetir em 2021, sendo mesmo necessária a criação de um grupo para acompanhar as finanças da entidade e uma reunião se possível ainda no mês de janeiro de 2021 com os Presidentes dos Conselhos Regionais e o Presidente do Cofecon. A Conselheira Ana Cristina disse que achava difícil a melhora dos números, pois a pandemia e seus efeitos permanecem, sem grandes demonstrações de recuperação. O Conselheiro Reinaldo Sampaio sugeriu que primeiro era necessário conhecer a realidade financeira do Cofecon para não se perder tempo com ações que não tragam o retorno desejado. Disse ainda que dependendo da situação do Cofecon é possível pleitear medidas emergenciais como a suspensão do pagamento da cota parte, bem como apoio financeiro para os que estiverem em dificuldades. O Conselheiro Rodolfo Lujan disse que o sistema precisa ser amplamente modificado, pois está comprometido do ponto de vista fiscal através das baixas arrecadações e que é necessária uma reunião para analisar a situação financeira do Sistema Cofecon/Corecon's. O Conselheiro Reinaldo Sampaio salientou da necessidade de se levar uma proposta na ocasião da reunião. O Presidente Marcelo Santos informou que quaisquer mudanças relativas ao Sistema, para que tenham legitimidade são necessárias serem levada ao Since, fórum adequado que congrega todos os Conselhos Regionais, onde as mudanças são propostas, discutidas e aprovadas ou não. O Conselheiro Raimundo Gavazza disse que a realidade dos Conselhos é difícil desde passado recente quando o poder executivo tentou acabar com a existência dos mesmos e que era necessário definir muito bem o objetivo de tal reunião que poderia ser com abordagens diversas, e independentes do Since

podiam fazer propostas como: regramento, o que é possível ou não mudar para não se perder tempo; aproximação entre os entes federados, tendo em vista o enfraquecimento das entidades perante o poder público e o tipo de ajuda possível. Concluiu sugerindo reuniões em janeiro para amadurecerem o assunto e definirem as metas e, se possível em fevereiro, uma reunião com o Cofecon, mas com propostas factíveis e sustentáveis para o Sistema. O Conselheiro Reinaldo Sampaio salientou que além de uma dimensão econômica, há também um aspecto político e que o pensamento deveria nascer com a anuência e participação efetiva do Cofecon e de forma democrática para não parecer uma imposição ou criação unicamente dos Regionais. O Presidente Marcelo Santos se comprometeu a agendar uma reunião em janeiro com o Conselheiro Federal Paulo Dantas para prestar as informações relativas ao Cofecon, vez que é o representante da Bahia no Plenário Federal, além de ser pessoa muito acessível e sensível às demandas dos Regionais, o que servirá inclusive para a definição das estratégias a serem utilizadas. Continuou informando que existem as barreiras de ordem legal, que limitam a força dos Conselhos diante do que está legalmente constituído. O Conselheiro Raimundo Gavazza solicitou ao Presidente Marcelo Santos uma data com Paulo Dantas para sistematizar uma pauta e nortear as propostas para a sobrevivência dos Corecon's. A Conselheira Ana Cristina disse que foi um ano de muito aprendizado e que solicitava que o Corecon não diminuísse suas atividades que foram facilitadas com as ferramentas virtuais que possibilitaram que muitas coisas acontecessem sem maiores custos extras. Finalizou dizendo que mais do que nunca o Corecon precisa de visibilidade e que deverá ser considerado um formato com menos custos para o Conselho quando do retorno presencial, que gera mais custos. O vice-presidente Gustavo Pessoti salientou que é preciso um projeto de Conselho através de um conjunto de ações, pois não se pode mais ser como antes, evidentemente sem perder a função precípua dos Conselhos de Classe, que é o de fiscalizar. É preciso focar nos novos economistas que tem uma visão do Conselho diferente dos mais antigos. Concluiu dizendo que no evento da UEFS nenhum Conselheiro participou deixando sempre esse tipo de responsabilidade para o Presidente ou Vice e que não pode ser mais assim, sendo imprescindível a participação dos Conselheiros, pois o compromisso deve ser de todos.

2.4 – O que ocorrer. O presidente Marcelo propôs a aprovação da Proposta Orçamentária, para exercício de 2021, no mesmo montante do Orçamento de 2020, ou seja, R\$1.200.000,00 (Hum milhão e duzentos mil reais), estimado para a Receita e igual valor, para a fixação da Despesa, justificando que, havendo necessidade no decorrer de 2021, em decorrência de frustração de arrecadação de Receitas, serão adotadas as medidas de cortes ou contingenciamentos das Despesas, para ajustá-las aos valores das receitas arrecadadas. Se, por outro lado, houver excesso de arrecadação, ultrapassando os limites estimados, far-se-ão as alterações necessárias no orçamento vigente, através da abertura de Créditos Adicionais, para permitir, legalmente, a realização dos gastos possíveis com o incremento da arrecadação, como estabelece a Lei 4.320/64. Colocada em votação, a Proposta foi aprovada pelos presentes. Nada mais havendo a ser tratado, todos se despediram desejando um Feliz Natal e Próspero Ano Novo, o Presidente Marcelo Santos encerrou os trabalhos da Sessão Plenária e eu,

Bruno Pires Sacramento lavrei a presente Ata que será assinada por todos os presentes. Salvador 15 de dezembro de 2020.